

## **O Papel do Sinasefe no Combate às Opressões**

### **JUSTIFICATIVA**

A história da participação das mulheres na política e na sociedade está historicamente associada ao patriarcado, à escravidão e à misoginia, origens da opressão e desvalorização das mulheres, como também à natureza intercultural da família e seu papel na vida social. A opressão racial, as questões de sexualidade e identidade de gênero também são profundamente entrelaçadas com essas estruturas de poder. Neste contexto, o SINASEFE enfrenta o desafio crucial de romper as barreiras do patriarcado, da exploração das mulheres, do racismo, do sexismo e da lgbtqiapn+fobia, garantindo uma participação equitativa, a visibilidade e a permanência das mulheres, das pessoas racializadas e de dissidentes das normas de gênero e da heterossexualidade compulsória no espaço sindical e na luta!

A categoria das/os profissionais da educação pública federal possui um papel estratégico no combate às opressões, pois a educação é um espaço coletivo privilegiado para a discussão e revisão dos valores que sustentam práticas excludentes e violentas. Nossa atuação deve estar comprometida com a crítica e a transformação dessas práticas, influenciando profundamente a sociedade de forma que essa transformação atravesse toda a comunidade da educação pública federal.

A violência política, assim como a institucional baseada em gênero, raça, sexualidades, ou contra PCDs (pessoas com deficiência), pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e TDAH (Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade) é um aspecto crucial a ser enfrentado pelas/os trabalhadoras/es organizadas/os, especialmente em tempos em que movimentos extremistas manipulam essas questões para ganhos eleitorais, como evidenciado pelo PL 1904 /24 do deputado federal Sóstenes Cavalcanti (PL-RJ), aprovada sua tramitação em regime de urgência, em flagrante manobra eleitoreira por parte do deputado Arthur Lira (PP-AL), que visa criminalizar mulheres e meninas que buscam o direito ao aborto legal já previsto no Código Penal Brasileiro desde 1940 nos casos específicos previstos em dois incisos do artigo 128, como, por exemplo, em caso de estupro.

O SINASEFE deve reconhecer que a luta contra a agenda neoliberal e o desmonte dos serviços públicos não será efetiva sem uma abordagem robusta e estratégica no combate a essas formas de opressão. A manipulação das lutas de mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, PCDs, pessoas neuroatípicas e neurodivergentes pela extrema-direita e a mobilização do pânico moral são aspectos que mascaram a perversidade do capital e devem ser enfrentados com toda a força e capacidade de mobilização do sindicato.

Não é possível pensar a luta contra a extrema direita sem inserirmos o combate às opressões haja vista, por exemplo, no Brasil, o Neoliberalismo e seu ideário de individualismo e meritocracia ter se desenvolvido lado a lado aos fundamentalismos religiosos que têm no sistema patriarcal e no antifeminismo um de seus pilares. Em várias partes do mundo, a Extrema Direita avança e é inegável o ancoradouro em pautas contrárias aos direitos sexuais e reprodutivos, persecutórias das identidades sexuais divergentes, usurpadoras das conquistas adquiridas por mulheres e LGBTQIAPN+ a duras penas. Dessa forma, não compreender que a luta de classes – que também avança e

se acirra cada vez mais – não prescinde do combate ao sistema patriarcal é um equívoco que não podemos cometer.

A luta pelos povos originários e o povo preto em diáspora é um ponto inerente à luta anticapitalista. Foi na esteira do Capitalismo que se empreendeu a colonização em Abya Yala / América e em Pindorama / Brasil e, com esta, o genocídio e o etnocídio dos indígenas que aqui já viviam há milênios, assim como a implementação do tráfico de escravizados vindos de África. Indígenas hoje vivem acucados em territórios que são verdadeiras “ilhas”, quando outrora viviam livremente em toda Pindorama. O avanço do agronegócio até hoje castiga os povos originários, a exemplo do que está ocorrendo neste momento com os Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

Além dos ataques às/aos indígenas aldeados, temos a situação daquelas/es que vivem nos assim chamados contextos urbanos, geralmente em regiões periféricas, muitas vezes com suas identidades invisibilizadas pelo apagamento que o pardismo empreendeu como política de Estado. Acrescenta-se o fenômeno das diásporas internas a que os povos originários foram forçados.

O povo preto, sequestrado de África para cá, vive numa diáspora que lhes rendeu também um processo de empobrecimento e marginalização que não foi sanado com a falsa abolição de 1888, ainda ocupando, assim como as/os indígenas, os piores índices na educação e no trabalho e sendo alvo das políticas racistas de (in)segurança pública, com destaque para a “guerra contra as drogas”.

As mulheres indígenas e negras tiveram seus corpos violados pelo colonizador e até hoje lidam com a insegurança tanto nos espaços públicos quanto privados, engrossando os índices de violência doméstica perpetrada por homens brancos da elite, mas também pelos de sua própria raça/etnia. Essas mulheres racializadas compõem a base da pirâmide social e as meninas negras e indígenas estão em enorme grau de vulnerabilidade social, à mercê da violência sexual e dos abusos perpetrados contra suas infâncias.

O projeto neoliberal de sociedade e sua perspectiva de “sucesso” baseada na meritocracia inviabiliza a vida e a saúde de pessoas neuroatípicas/neurodivergentes, pessoas PCD e todas e todos que não se encaixam no padrão produtivista do Capitalismo que vê as/os trabalhadoras/es como meras máquinas cuja existência se presta tão somente a enriquecer as elites burguesas em detrimento de qualquer cuidado com suas necessidades singulares. O tempo de cada pessoa e as especificidades de suas condições não contam para o grande Capital, que esvazia a dimensão do cuidado como elo de sustentação de nossa humanidade, esfacelando as redes comunitárias, rebaixando os direitos trabalhistas e previdenciários e forjando um modelo de “indivíduo” que se descola das lutas sociais e introjeta o discurso do “empreendedorismo” como salvação das mazelas causadas pelo Capital.

## **DEFESA**

O SINASEFE, entidade com mais de 35 anos de história, já nasceu com a importante representação feminista. As mulheres que estiveram à frente das coordenações do sindicato, nos atos, manifestações de ruas, ocupações de campus e reitoria em greves, até hoje lutam e constroem um espaço de muita resistência.

Somos muitas, mas ainda somos poucas! Essa frase é muito significativa quando pensamos nas mulheres ocupando os espaços de poder. Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2021, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens: esses compõem 48,9% dos habitantes, e as mulheres, 51,1%. Somos a maioria da população, mas ainda temos dificuldade de adentrar e permanecer nos sindicatos, nas direções dos campi, nas reitorias, nos governos dos estados, nas casas legislativas, presidência do país, etc. Isso ainda acontece, em pleno século XXI, mas o que nos resta é a luta para mudar essa realidade! Só a luta muda a vida! Só a luta garante direitos!

O SINASEFE tem o desafio de garantir um espaço justo, paritário, equânime atuante, combativo contra o machismo, o assédio, o racismo, a lgbtqiapn+fobia, a misoginia, o capacitismo e todas as formas de opressão, e isso só acontecerá com a maior participação de mulheres ocupando os espaços de decisão no sindicato. Esse trabalho já começou, embora ainda enfrente dificuldades, em geral, impostas por homens brancos e cis-heterossexuais, uma malfadada herança da colonização e do colonialismo ainda vigente.

O II Encontro de Negras, Negros, Indígenas e Quilombolas do Sinasefe – II ENNIQ, realizado em 2023, com a participação de cerca de 470 pessoas, e o 1º Edital Nacional do Novembro Negro do SINASEFE, lançado de novembro de 2022, que aprovou 5 projetos voltados a atividades culturais e esportivas, representaram iniciativas importantes que se tornaram realidade em nosso sindicato. No entanto, a luta continua, e o sindicato precisa se posicionar de forma mais contundente contra todas as formas de violência e opressão.

Queremos um sindicato livre de agressões, opressões, boicotes, desqualificações e desrespeitos às mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, PCDs, TEA, TDAH, em todas as esferas e espaços, incluindo assembleias, redes digitais e interações diárias. Essas violências não se manifestam apenas de forma explícita, mas também nas relações interpessoais e nas práticas cotidianas, como o machismo, a lgbtqiapn+fobia, o capacitismo e o racismo disfarçados de piadas ou comentários "inofensivos", nas ligações com as funcionárias e em qualquer espaço. Essas formas veladas de opressão despolitizam o sindicato, impedindo a pluralidade e afastando pessoas com experiência e repertório de resistência, essenciais para a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação pública federal. É crucial que o sindicato se comprometa a enfrentar e eliminar essas práticas para garantir um ambiente inclusivo e respeitoso, que reflita verdadeiramente os valores de justiça e igualdade.

Vamos avançar na luta de classes e conquistar uma sociedade justa e igualitária! Abaixo a misoginia, o racismo, o capacitismo e a LGBTQIAPN+fobia!

## **OBJETIVOS**

1. Garantir, fomentar e fortalecer a participação das mulheres, de pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, PCDs e pessoas neuroatípicas/neurodivergentes nos espaços sindicais, ou seja, nas coordenações de seções, conselho de representantes, assembleias, plenárias, congressos, atos, manifestações, bem como em atividades e instâncias do SINASEFE nacional, entre outros;
2. Intensificar a campanha contra o assédio e outras formas de opressão, com foco específico em gênero, raça, sexualidade, identidade de gênero, PCDs e demais pessoas com necessidades específicas;

- 3.Promover formação política permanente sobre a mulher sindicalista, as pessoas negras, indígenas, população LGBTQIAPN+, PCDs e os espaços de poder;
- 4.Realizar, a cada dois anos, o Encontro Nacional Indígena do SINASEFE;
- 5.Fortalecer a divulgação de obras e livros de sindicalizadas e de autoras negras, indígenas, LGBTIA+, PCDs no site do SINASEFE NACIONAL, abrangendo literatura e estudos sobre gênero, sexualidade, raça, PCDs e transtornos do neurodesenvolvimento;
- 6.Criar e manter uma biblioteca nacional que adquira e receba doações de obras de sindicalizadas/os e não sindicalizadas/os, abrangendo temas relacionados às opressões e à luta pelos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+;
- 7.Promover encontros de autocuidado e autoconhecimento, incluindo práticas integrativas que considerem as especificidades de gênero e sexualidade;
- 8.Atuar em defesa do acompanhamento psicoemocional especializado para mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, PCDs, negras/os, indígenas e pessoas neuroatípicas/neurodivergentes, que tenham sofrido violências, lutando por suporte adequado e sensível às suas necessidades;
- 9.Garantir a participação de mulheres e/ou LGBTQIAPN+, pessoas negras, indígenas, PCDs, pessoas com TEA e/ou TDAH, em reuniões da comissão de ética que tenham por objetivo apurar denúncias relacionadas a violências específicas baseadas nesses eixos de opressão.

**Assinam esta tese:**

Acássia Delié Mendonça Alves (SINTIETFAL), Adriana Cirqueira Freire (SINTIETFAL), Anny Querubina de Souza Barros (SINTIETFAL), Antonildo Santos Pereira (IFBAIANO), Ariel Menezes Rodrigues (IFBA/CMS), Camila Félix (IFBA/CMS), Carlos Borges da Silva Júnior (SINTIETFAL), Carlos Eduardo Nobre (SINTIETFAL), Claudia Almeida de Oliveira (SINTIFRJ), Daise Vieira Moitinho (IFBA), Carmelita Ozorio (IFBA/CMS), Darliton Cezario Romão (SINTIETFAL), Diogenes Mendes Araujo (Natal/IFRN), Edson Santos Nascimento (IFBA/CMS), Elba Gomes dos Santos Leal (IFBA/CMS), Fátima de Araújo Góes Santiago (IFBA/CMS), Fernando de Oliveira (SINTIFRJ), Francisco Dias (IFRN), Genuzi de Lima (SINTIETFAL), Glícia Maris Albuquerque Lúcio (SINTIETFAL), Hellen Rodrigues (IFBA/CMS), Ianna Cerqueira Santos Valiensi (IFBA/CMS), Ivone Silva de Jesus (IFBA/CMS), Izael Pereira (SINTIETFAL), José Henrique Ferreira da Silva (SINTIETFAL), José Jorge (IFBA/CMS), Katiuscia da Costa Pinheiro (Monte Castelo), Luciano Almeida (IFBA/CMS), Luís Márcio Nogueira Fontes (SINTIETFAL), Maria Cristina da Silva Pereira/Crystyna Tapuya (IFRN/Natal), Mariana Muniz Sampaio (IFBAIANO/Anisio Teixeira), Marcia Pinho (IFBA/CMS), Marcondes Inácio da Silva (SINTIETFAL), Nadja Maria de Lima Costa (IFRN/Natal), Nadson dos Santos (IFBA/CMS), Paulo Andre Ferreira (SINTIFRJ), Paulo Roberto (IFBA/CMS), Renata Reis dos Santos (Sinasefe SP), Rita de Cassia dos Santos (IFBA/CMS), Roberta Ribeiro Cassiano (SINTIFRJ), Roseane Santos Batista Leite (IFBA/CMS), Samuel dos Santos (IFBA/CMS), Silvana Correia (IFBA/CMS), Thaís Oliveira Silva (IFB), Vanessa J. R. do N. Mandriola (ASSINES-SIND), Vilma Urpia (IFBA/CMS), Rummenigge Araújo (IFRN), Vera Rejane Gomes (SINTIETFAL), WARLEY LEITE FERNANDES (JANUARIA MG), Vanessa Moreno Mota (SINTIFRJ), Yuri Buarque (SINTIETFAL).